

AS NOVAS PERSPECTIVAS DO ALFABETIZAR LETRANDO: UM OLHAR VOLTADO PARA O 1º ANO DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Emmanuella Farias de Almeida Barros

(Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: emmanuellabarras@gmail.com)

Resumo: Vivendo numa sociedade “grafocêntrica”, em que o sistema de escrita se solidifica cada vez mais nas relações sociais, as demandas contemporâneas indicam que apenas codificar e decodificar não são suficientes, pois um processo exitoso na aprendizagem de leitura e escrita influi sobremaneira na carreira escolar de cada sujeito. Nesse contexto, com as mudanças introduzidas pelo ciclo de nove anos e pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a criança passa a dispor de três anos para se tornar alfabetizada, ou dois, com as mudanças propostas pela BNCC, e com isso, surge uma preocupação com o processo de ensino e aprendizagem de modo que seja mais produtivo, aliando a alfabetização ao processo de letramento. Nesse sentido, este estudo propõe uma discussão sobre as atividades alfabetizadoras de crianças no 1º ano, quando as crianças devem dominar o sistema de escrita, sendo instigadas, posteriormente, ao aprendizado constante. Utilizamos, então, como base teórica os estudos de Andaló (2000), Carvalho (2004) e Teberosky & Colomer (2003), que nos ajudaram na proposição das atividades, por acreditarmos que essas obras contribuem com a apresentação de atividades voltadas para a prática do alfabetizar letrando. E por se tratar de um ensaio, com fins teóricos, não temos a indicação de resultados, apenas gostaríamos de propor novos caminhos para a prática da sala de aula, apontando algumas soluções e contribuindo para a superação das dificuldades.

Palavras-chave: Alfabetização, ciclo de nove anos, atividades.

Introdução

O processo de alfabetização e o letramento vêm sendo estudados sob diversas perspectivas, já que, vivendo numa sociedade “grafocêntrica”, isto é, em uma sociedade na qual a linguagem escrita está em praticamente toda a parte, decifrar o que está escrito, relacionar letras e sons ou codificar e decodificar não são suficientes para interpretar e redigir textos de forma adequada. Isso porque, o êxito do processo de alfabetização é determinante na carreira escolar de cada sujeito, e, sendo assim, relacionar sinteticamente fonema e grafema está aquém do que se espera atualmente.

Antes de prosseguir com a discussão, é fundamental explicar alguns conceitos, como o de alfabetização e letramento, a partir de uma perspectiva histórica.

O conceito de alfabetização na década de 40 era reduzido ao domínio da escrita do próprio nome. Posteriormente, era considerado alfabetizado aquele que soubesse ler e escrever um bilhete simples. Nos dias atuais, espera-se que o indivíduo, após alguns anos de escolarização, tenha capacidade não só de ler e escrever, mas também de atribuir um sentido ou significado a esse exercício. Essa definição se aproxima do conceito de letramento. (SOARES, 2006).

Surge então o letramento que já era considerado ultrapassado quando surgiu no dicionário Caldas Aulete e, naquele momento, significava o mesmo que soletrar. Mas, com o aparecimento de um novo fenômeno educacional e através da necessidade de nomear as ideias que estavam surgindo, a palavra foi reutilizada, mostrando a dinamicidade da Língua Portuguesa. Assim, nos dias atuais, “letramento é o estado ou condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita com diferentes gêneros e tipos de leitura e escrita”. (SOARES, 2006 p. 44).

A necessidade de diferenciar os conceitos de alfabetização e letramento surgiu simultaneamente no Brasil, França, Portugal, EUA e Inglaterra, mas cada país teve um foco diferente nas relações estabelecidas entre as práticas sociais e profissionais de leitura e escrita. Em países desenvolvidos, como França e EUA, ocorre uma dicotomia entre a aprendizagem inicial da letra e o uso competente de leitura e escrita, apontando um processo inverso no Brasil em que os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam e se fundem, pois um está enraizado ao outro, negando o reconhecimento específico que cada termo precisa, conforme considera Soares (2003).

Então, neste trabalho será adotada a distinção entre os conceitos de alfabetização, aprendizado do sistema de escrita alfabética, e letramento as práticas sociais do ler e escrever, ao mesmo tempo em que se reconhece uma relação de interdependência entre esses termos, sobretudo no aspecto pedagógico.

A proposta defendida por esse estudo é a orientação para um alfabetizar inserido no contexto do letramento, de modo que os dois processos se completem visando o melhor aprendizado da leitura e da escrita, sendo tarefa do alfabetizador escolher os caminhos possíveis na utilização paralela desses dois elementos.

O Ciclo de nove anos e a questão do alfabetizar letrando

A educação não é a mesma, a maneira como se alfabetiza e, de uma maneira geral, como se ensina também não. A educação escolar é um processo cíclico, está sempre se transformando, buscando alternativas para que a aprendizagem e o ensino sejam otimizados.

É a partir desse ideal de progressão e desenvolvimento que se sustenta essa medida de ampliar o Ensino Fundamental e assegurar que as crianças de 6 anos sejam matriculadas nas escolas, e, assim, as ofertas de aprendizagem possam equiparar-se em moldes igualitários, garantindo a superação do fracasso escolar e o pleno desenvolvimentos das crianças no contexto escolar. É claro que só essa medida não garante o pleno desenvolvimento, mas garante que as crianças possam ter mais oportunidades de aprendizagens, caracterizando, dentro dessa perspectiva, a alfabetização como um projeto inclusivo.

Com isso, é possível afirmar que desde 1996 com a aprovação da atual lei de diretrizes e bases, a LDB, já havia uma preocupação em incluir as crianças mais cedo na escola, mas sem necessariamente uma obrigatoriedade. Já que, por aquela implementação: “cada município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá matricular todos os educandos a partir dos 7 anos de idade e, facultativamente, a partir dos 6 anos no ensino fundamental”. Mas foi a partir de 2006, quando o governo federal, pela Lei nº.11.274, altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB e garante a obrigatoriedade na matrícula de crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, que as mudanças no cenário educacional começam a surgir.

Nesse contexto, as medidas no entorno dessas alterações visam uma melhoria e uma equidade nas ofertas educacionais para as crianças de classes populares a fim de minimizar as chances de fracasso escolar, garantindo um período de escolarização maior e, necessariamente, que alcancem um maior nível de escolaridade.

Por meio disso, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), adquire uma função importante, em decorrência da ampliação do Ensino Fundamental de nove anos, pois, nessa perspectiva, também é ampliada o período previsto para a alfabetização de crianças,

assegurando que todas devem ser alfabetizadas até o final do terceiro ano, com oito anos de idade¹.

Portanto, seus princípios orientam práticas que visam ao acompanhamento da aprendizagem dos alunos no ciclo de alfabetização, avaliações para monitorar as medidas adotadas, com fomentação e conhecimento dos materiais entregues pelo MEC para que se alcancem melhorias na educação desses alunos ingressos no ciclo.

Então, por meio dessa medida em que a criança passa a dispor de três anos, ou dois, com as mudanças propostas pela BNCC, para se tornar alfabetizada, cabe ressaltar as heterogeneidades que porventura possam existir na sala de aula, pois alguns educandos podem se tornar alfabetizados no primeiro ciclo. Dessa forma, quando as crianças aprendem a ler e a escrever, de imediato, é importante que possam aprimorar seus conhecimentos na medida em que avançam nos níveis graduais do conhecimento, enquanto outros podem ter a aquisição da língua só nos dois últimos anos, ou exclusivamente no último ano. Daí a necessidade de trabalhar os aspectos idiossincráticos, levando em consideração as necessidades individuais dos alfabetizandos, pois é imprescindível respeitar os limites de cada um ao mesmo tempo em que não se pode restringir o aprendizado em função de outrem, buscando alternativas dinâmicas e contextualizadas na utilização do sistema de escrita.

Por isso, é fundamental que as crianças, desde o 1º ano no ciclo da alfabetização sejam alfabetizadas buscando também o letramento, pois, quanto mais cedo a criança entra em contato com uma grande variedade de materiais textuais, mais cedo ela pode refletir e compreender o sistema de escrita, vivenciando situações reais, e, de práticas sociais, em que leitura e escrita podem ser utilizadas.

Procedimentos Metodológicos

Em relação aos procedimentos metodológicos, é importante informar que realizamos uma pesquisa bibliográfica a fim de encontrar e selecionar estudos sobre a perspectiva do

¹ De acordo com o anúncio feito pelo MEC, a antecipação da alfabetização juntamente com a publicação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no dia 06 de abril deste ano, indicam mais mudanças no cenário educacional brasileiro, já que as crianças deverão estar plenamente alfabetizadas já no 2º ano. Essa antecipação tem provocado intensos debates e muitos estudiosos estão se posicionando contra essa medida, atestando sobre os impactos no ensino da leitura e escrita na Educação Infantil.

alfabetizar letrando, que defendessem atividades utilizando as competências da alfabetização e também as competências do letramento. Isso acontece porque sabemos que cada uma tem suas especificidades, mas é imprescindível que em sala de aula o professor alfabetize e procure letrar ao mesmo tempo, sem que nenhuma ação supere o antecipe a outra. Os dois livros principais utilizados nessa pesquisa bibliográfica foram o livro de Marlene Carvalho (2004) e o livro de Andaló (2000), os quais encontramos atividades que se afinam ao nosso pensamento.

Com isso, são muitas as atividades apresentadas em ambos os livros, mas é apresentado neste estudo as que consideramos as mais relevantes, e principalmente, as mais voltadas para o primeiro ano do ciclo da alfabetização que é a turma base desse estudo.

As etapas da pesquisa bibliográfica foram as seguintes: primeiro, selecionamos os livros mencionados que utilizamos para pesquisar as atividades, o passo seguinte foi selecionar todas as atividades que achávamos relevante. A princípio tínhamos 20 atividades no total, somando os dois livros, envolvendo tanto atividades relacionadas a leitura como atividades relacionadas a escrita. Depois, afunilamos as atividades para 15 e finalmente chegamos no total de atividades apresentadas neste trabalho, por considerarmos atividades muito boas e que trazem a premissa do alfabetizar letrando, defendida nesta pesquisa.

Atividades voltadas para a alfabetização e o letramento no 1º ano no ciclo da alfabetização

Como já foi dito, é de suma importância que a escola adote a perspectiva de alfabetizar letrando, para tanto, serão destacadas aqui algumas atividades que cumpram essa tarefa e possam auxiliar a prática pedagógica desenvolvida na sala de aula.

Dessa maneira, é possível afirmar que um entendimento mais claro sobre as metodologias e concepções estudadas não garantem imediatamente mudanças pedagógicas, mas propõem novos caminhos para a reflexão teórica que fundamenta a prática da sala de aula, apontando soluções e contribuindo para a superação das dificuldades. De modo que os educadores possam refletir acerca da sua prática e buscar novas alternativas, na tentativa de desenvolver suas tarefas com mais eficiência.

Com isso, é fundamental que a criança não alfabetizada tenha experiências sociais com a leitura e a escrita, fazendo-as perceber que essas habilidades estão presentes no seu cotidiano, abrindo ainda mais os olhos para o mundo da palavra.

Para facilitar esse mergulho escolarizado no mundo do sistema escrito, algumas atividades sugerem que os educandos possam analisar textos presentes nas suas casas, nas ruas e na escola. Assim, é possível observar as placas de carros para diferenciar letras de números, refletir sobre qual informação que um texto de revista quer transmitir, com as placas descobrir qual é o público alvo, se tem só letras, só imagens ou uma mescla dos dois. Através da receita, as crianças podem perceber que o formato do texto é diferente e identificar algumas letras repetidas. Por meio de jornais, elas podem tentar entender o que diz a notícia observando as imagens. Carvalho (2004).

Ou seja, a criança entra em contato com uma gama de materiais textuais que a ajudam a refletir e compreender as informações apresentadas, de maneira coletiva, vivenciando situações reais em que leitura e escrita são utilizadas.

No que concerne ao eixo da leitura, o professor pode realizar atividades como a roda de leitura, esse tipo de tarefa ajuda o estudante a compreender o que se passa na história, reconhecer a diferença entre leitura e escrita, ao mesmo tempo em que propicia o diálogo e a participação ativa dos envolvidos, já que não assumem um papel só de ouvintes, mas explanam suas ideias com comentários acerca do que foi lido.

Ao desenvolver essa leitura didática, o educador antes de tudo precisa selecionar bons textos, com uma leitura agradável e envolvente, sem se estender muito e antes de ir diretamente ao texto, discutir com os educandos algumas informações como o autor do livro e o título, decifrando as imagens apresentadas na capa, que resulta numa expectativa sobre o que está escrito e fomenta a criatividade infantil. Carvalho (2004).

Em seguida, ler o texto comparando o que foi dito e o que de fato aconteceu na história, debatendo as interpretações que surgirem e analisando a compreensão obtida na leitura. Essa mesma análise pode ser realizada com outros gêneros textuais, a vantagem disso é que os alunos “ficarão preparados para saber o que podem esperar de determinada leitura: é o primeiro passo para a formação de leitores críticos”. (CARVALHO, 2004, p. 28).

Além disso, a leitura em voz alta ajuda as crianças a conhecer o significado de algumas palavras, mesmo que ainda não saibam escrever, possibilitando o aumento do vocabulário oral.

Simultaneamente ao momento em que se pratica a leitura, a escrita precisa ser instigada, assim, no livro de Andaló (2000) sobre alfabetização, letramento e produção de texto, a autora sugere a atividade de reescrita. Assim, após o trabalho oral de um texto simples as crianças são

estimuladas a escrever, tentando reproduzir graficamente os sons que ouviram, facilitando tanto a compreensão do texto como as tentativas de escrever. O próximo passo é apresentar o texto original para que os alfabetizados possam comparar as escritas e localizar as palavras.

Outra sugestão de atividades é a produção de textos coletivos, em que os próprios educandos indicam como vai ser o desenrolar da história e o professor como escriba vai mediando o processo de reflexão e de compreensão da língua.

Para o professor trabalhar com o texto coletivo pode ser a ocasião ideal para ensinar o aluno a organizar suas ideias e colocá-las em formas textuais, coerentes e coesas, que dependam de parágrafos, pontuação, escolha de vocabulário, ortografia, acentuação, concordância, regência nominal e verbal, formas verbais e outros conhecimentos a respeito de finalidades e modos de organização de textos, ainda desconhecidos daqueles que apenas sabem falar uma língua. (ANDALÓ, 2000, p.91)

É importante destacar que o texto coletivo vai familiarizar as crianças com a escrita e o desenvolvimento dessa habilidade, mas como não são elas mesmas que escrevem esse tipo de atividade deve ser o momento introdutório na alfabetização e no letramento e a partir dessa produção acrescentar a escrita de textos espontâneos utilizando diversos gêneros.

Com isso, depois de aprofundar seus conhecimentos sobre a leitura e a escrita, as crianças precisam aperfeiçoar essas práticas em língua portuguesa. Nessa perspectiva, a autora Andaló (2000) destaca exercícios de como narrar por escrito e escrever histórias por meio de imagens respectivamente.

Geralmente, as crianças são ótimas contadoras de histórias, têm uma imaginação privilegiada, então utilizando essas qualidades os educandos são capazes de produzir belas histórias, ao invés de só se expressarem oralmente.

Desse modo, para que os aprendizes compreendam melhor os elementos gráficos do texto, além do educador realizar a correção individual, respeitando as especificidades de cada um, pode escolher algumas produções para corrigir em parceria com a turma, destacando aspectos como coesão, coerência, repetição de palavras, uso dos pronomes, acentuação e pontuação gráfica, enfim, refletindo sobre o uso da gramática em diversas situações.

Outra proposta de atividade é a produção textual através de imagens, pois o alfabetizador pode utilizar materiais como jornais, revistas, rótulos de propaganda, dependendo do objetivo da aula. A ideia é que os aprendizes possam experimentar diversas situações vivenciadas pelo escritor, sentindo-se responsáveis por aquilo que escrevem e elaborando textos capazes de transmitir informações claras, na busca pela autonomia e proficiência escrita.

A leitura, por sua vez, assume outras significâncias quando os estudantes já sabem ler e entendem aquilo que estão lendo. Em primeiro lugar, ler deve ter uma conotação prazerosa, assim deverão ser criadas situações em que as crianças se tornem mais independentes, buscando a leitura com o objetivo de se divertirem e viajarem nas páginas do livro por meio da imaginação e da fantasia.

Outro segmento da leitura destacado é ler para estudar, o que enfatiza, mais uma vez, o comportamento de leitores autônomos e pesquisadores. Para isso, o professor pode sugerir que os educandos pesquisem informações acerca de algum assunto discutido na sala, individualmente, em duplas ou em grupos, desde que todos participem e troquem conhecimentos uns com os outros, ao apresentar suas pesquisas ao restante dos colegas.

Finalmente, quando as crianças leem para se informar, além de ampliar seu repertório de aprendizagem podem aprender a manusear veículos de informação como os dicionários, para aprender uma palavra nova. Ao ler um jornal ou revista, podem se inteirar sobre a realidade e desenvolver seu senso crítico discutindo os fatos na atualidade.

Considerações Finais

O ideal é que as ofertas de leitura desenvolvam nos estudantes mais prazer em ler e que essa base seja solidificada com experiências que estimulem leitores assíduos e curiosos na busca pela compreensão.

Além disso, é importante que o professor inove em sala de aula, desafie os alunos, apresentando textos escritos com vocabulários e expressões novas, ajudando os aprendizes a exercitar mecanismos de inferência e reflexão sobre as múltiplas linguagens.

Mediante apresentação dessas atividades, seria importante reiterar que a essência de alfabetizar letrando está na amplitude de tarefas educativas que direcionem o educando a raciocinar e compreender acerca do sistema de escrita, dentro de um ambiente explorador e social, em que se cultivem competências de leitura e escrita desvencilhadas da mesmice, procurando meios de tornar as crianças leitoras e escritoras críticas na sociedade contemporânea, valorizando a cultura do estudante e o que ele traz do seu contexto.

Certamente, essas são apenas algumas instruções didáticas e para transformar em prática o que foi apresentado é preciso que os docentes valorizem a espontaneidade das crianças, assim elas poderão também escrever o que quiserem e ler livremente, quebrando os moldes e a rigidez

dirigidos por métodos reguladores, segundo a vontade de quem ensina. Sendo assim, leitura e escrita terão uma finalidade com sentido real e expressivo, privilegiando a mobilidade infantil na busca pelo conhecimento disseminado.

Referências

ANDALÓ, Adriane. **Didática de língua portuguesa para o ensino fundamental: alfabetização, letramento, produção de texto em busca da palavra-mundo**. São Paulo: FTD, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. 2. ed. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.

_____. Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 6 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/anexo.do;sessionid=87F02C1D24E36B18F040759741AFD56A?URI=http%3a%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FAnexo%2F4373313804396615531>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o ba-bé-bi-bó-bu**. São paulo: Scipione, 1998.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo. Ática, 2004.

CRUZ, Magna do Carmo Silva. **A alfabetização nas escolas em séries e ciclos: possibilidades de fabricação das práticas de ensino da leitura e da escrita**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT10-6432--Int.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2018.

G1 Educação. Disponível em: < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/antecipacao-daalfabetizacao-na-base-curricular-levanta-debate-sobre-o-ensino-infantil.ghtml>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>> Acesso em: 02 de agosto de 2018.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.



TEBEROSKY, Ana & COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**, Porto Alegre: Artmed, 2003.